



CI Nº. 06/2014

DATA: 13/01/2014

DE: ASCONT

PARA: DIRSEP

Senhora Diretora-Executiva

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Stratum Segurança Ltda. com relação ao Edital n.º 140/2013 (Processo n.º 140/2013) – voltado à contratação de empresa para a instalação de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) –, na qual a interessada se insurge contra o item 7.2.4.5 do Termo de Referência do instrumento, que dispõe:

7.2.4.5. ENGENHEIRO ELETRICISTA

No prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão da Autorização de Início dos Serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar a indicação do profissional Engenheiro Eletricista que será indicado para supervisionar a execução dos serviços, objeto deste Contrato. Deverá ser encaminhado também a cópia do Registro deste profissional no CREA e a comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 5 (cinco) anos, adquirida em supervisão de instalações de características semelhantes.

Sustenta a impugnante que a exigência aposta no instrumento convocatório deveria ser revista pelo TJMG, considerando que os profissionais competentes para a manutenção dos sistemas de CFTV seriam: engenheiro eletrônico, engenheiro eletricista (na modalidade eletrônica) ou o engenheiro de comunicação.

Isto posto, roga pela modificação do edital convocatório, de modo a consignar todos estes profissionais como autorizados a realizar a supervisão dos serviços a serem contratados – fato que geraria a necessidade de republicação do instrumento.

Instada, a Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário deste Tribunal de Justiça (GEMAP) opinou pela manutenção dos termos do instrumento convocatório, como se vê pelos argumentos expostos na mensagem eletrônica anexa:

Considerando o requerimento da Impugnante relativo ao item "supervisão dos serviços por profissional qualificado", no qual é contestada a previsão de profissional engenheiro eletricista como responsável, temos a esclarecer que, a despeito da natureza dos componentes "câmera" e "stand-alone" (dispositivos eletrônicos), tecnicamente é relevante para o processo em questão habilitação para instalação elétrica, uma vez que será demandado interligação com a rede elétrica da edificação para alimentação dos dispositivos, instalação do respectivo quadro elétrico de alimentação, instalação de nobreaks e de cabeamento estruturado para comunicação com a rede de informática.

Portanto, deverá ser mantido o texto do item 7.2.4.5 do Termo de Referência.
(grifo nosso).

Neste sentido, cumpre-nos investigar, inicialmente, o fundamento inerente às exigências de qualificação técnica num edital licitatório.



A qualificação técnica é um dos procedimentos integrantes da fase de habilitação dos procedimentos licitatórios, cumprindo papel decisivo na definição do futuro contratado da Administração.

É nesta fase que a Administração estabelece os requisitos para a comprovação de que as licitantes dispõem de condições técnicas para a execução do serviço. Nesse sentido é o ensinamento de Joel Menezes Niebuhr:

A Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem de conhecimentos, de experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.¹

A qualificação técnico profissional foi definida pelo Tribunal de Contas da União nos seguintes termos:

Capacidade técnico-profissional

Capacitação técnico-profissional trata de comprovação fornecida pelo licitante de que possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado.²

Diante deste panorama, é preciso que o administrador público esteja sempre atento à realidade do serviço a ser contratado, de modo a definir uma qualificação técnica que seja apropriada ao fim pretendido.

A tarefa não é fácil.

De um lado, é preciso se atentar ao nível profissional que se pretende contratar, como forma de estabelecer condições que afastem aqueles concorrentes que não disponham de atributos mínimos para a prestação dos serviços; de outro, é preciso se atentar para que as exigências de qualificação não sejam de tal monta que inibam a competitividade do seio do certame licitatório.

Em contratações como a que se apresenta, para efeitos de capacidade técnico-profissional, importa à Administração que a empresa a ser contratada detenha, em seu corpo técnico, profissional de nível compatível com o serviço que será executado.

Neste contexto, é o Órgão Público – titular da contratação – que melhor conhece as necessidades e as nuances do serviço que será adquirido.

É de se destacar as explicações expostas pela GEMAP, no sentido de que a *"a despeito da natureza dos componentes "câmera" e "stand-alone" (dispositivos eletrônicos), tecnicamente é relevante para o processo em questão habilitação para instalação elétrica"*.

Em suas palavras, o que a Área Técnica do TJMG quis deixar claro é que os serviços a serem contratados se subsumem, primordialmente, a instalações elétricas, o

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. p. 381.

² TCU: **Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU** – 4. ed. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. P. 387



que nos leva a concluir que os profissionais elencados pela impugnante – engenheiro eletrônico, engenheiro eletricista (na modalidade eletrônica) e engenheiro de comunicação – não são aptos a realizar as atividades afetas à licitação.

Isto posto, considerando que as atividades de supervisão serão executadas especificamente sobre as instalações elétricas dos circuitos fechados de televisão, entendemos, *s.m.j.*, como **improcedente** a impugnação apresentada pela empresa Stratum Segurança Ltda.

Mantidas as exigências editalícias ora impugnadas, entendemos, *s.m.j.*, restar prejudicada a solicitação de republicação do Edital nos termos do art. 21, §4º da Lei federal n.º 8.666/93.

À consideração de Vossa Senhoria.



João Pedro Oliveira Stringheta
Assessor Jurídico – ASCONT


Jussara Hamacek Pinto
Assessora Jurídica, em exercício – ASCONT

À GECOMP/COALI

Coloco-me de acordo com a manifestação da ASCONT, razão pela qual julgo improcedente a impugnação aviada, mantendo-se, portanto, a redação prescrita no subitem 7.2.4.5. do Termo de Referência – Pregão n.º 140/2013.

Considerando a decisão acima, resta prejudicado o pleito constante no item II da referida Impugnação, conforme entendimento exarado pela ASCONT.


Adriana Lage de Faria Navarro
Diretora-Executiva da DIRSEP, em exercício

